



Renata Negalho¹

RESUMO

O presente trabalho visa fazer articulação entre o cenário político brasileiro contemporâneo em contraponto com acurada análise política do período militar datado a partir do ano de 1964 até a promulgação do ato institucional n 5. O carro chefe para a exposição será a utilização de uma reportagem impressa na revista Veja (ano 2005) que traz em seu bojo: a educação. Pretende-se traçar uma linha imaginária da evolução social e conquistas políticas obtidas através de levantes populares, e a abertura para a democracia, que se faz atuar nos meandros políticos e segmentos sociais no momento atual.

Palavras- chave: Regime militar; Ditadura; Democracia; Educação

ABSTRACT

This work aims to make links between the contemporary Brazilian political scenario in contrast with accurate analysis of political military period dated from the year of 1964 until the promulgation of the act institutional n 5th The car chief for the exhibition will be the use of an interview in the magazine Veja (year 2005) that impresa back on itself: education. It is intended to draw an imaginary line of social development policies and achievements obtained through popular uprisings, and the opening to democracy, which is acting on political and social segments meanders at the moment.

Key words: Military; Dictatorship; Democracy; Education

¹ Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas/ RS – advogada; especialista em Gestão Pública pela Faculdade Atlântico Sul na cidade do Rio Grande/ RS; mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG.



INTRODUÇÃO

Alô, liberdade/ levante, lava o rosto/ Fica em pé/ Como é, liberdade.../
Vou ter que requentar/ o teu café. (Chico Buarque de Holanda – Alô, liberdade – 1980)

No repensar dos tempos, não tardiamente, é possível recapitular a história do Brasil e, fazer ressuscitar, o período ditatorial a fim de contrapô-lo a atual conjuntura sociopolítica. Nacionalistas², convictos ou não, naquela época, fazia-se urgente a retomada da liberdade individual que foi arrancada, com precisão cirúrgica, pelos ditadores do poder, do âmago de todos os brasileiros.

A década de 60 foi o grande marco na história política do país. Em 21 de abril de 1960 a capital brasileira é transferida do Rio de Janeiro/ RJ – onde foi instalada a residência oficial da família Real na época do império – para Brasília/ DF, onde passa a concentrar os três poderes independentes e harmônicos entre si: legislativo, executivo e judiciário. A seguir uma foto de inauguração da capital brasileira em 21 de abril de 1960:



² Utilizado como adjetivo de nacionalismo, não se excluindo, se brasileiros natos ou naturalizados.

³ Imagem disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JK/indice/indice02.html>. Acessado em: 16 de julho de 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

Brasília tem na sua formação geopolítica a estrutura de um avião; e passa a ser a chave-mestra do Brasil, localizando-se neste Distrito Federal, desde a residência oficial presidencial até o Supremo Tribunal Federal, com sua majestosa insígnia da Justiça.

Parecia estar o Brasil ladeado pela democracia e pela justiça. Em 03 de outubro de 1960, Jânio Quadros⁴ e João Goulart, foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do Brasil, e a cerimônia de posse deu-se em 31/01/1961. A seguir, amostra etnográfica da posse:



No mesmo ano de posse, em vinte e cinco de agosto, Jânio da Silva Quadros, renuncia à presidência⁶, na verdade “abrindo crise política, Jango está em viagem à China e o presidente da Câmara, Ranieri Mazilli, assume a presidência, em 25/08/1961”⁷. Mazili, escreve uma carta-pedido ao presidente do Congresso Nacional, a fim de fazer-saber ao vice-presidente, João Goulart, a renúncia de Jânio Quadros.

Em 27/08/1961, os militares vetam a posse de Jango, por ser ele acusado de “agitador” e adepto a anarquia e manifestações políticas, porém o Congresso Nacional decide pelo parlamentarismo visando diminuir os poderes do presidente. Assim, menos de um mês depois, em 07/09/1961⁸, sem resistência militar, assume a presidência do Brasil: João Goulart⁹.

⁴ Jânio Quadros utilizava em sua campanha eleitoral uma “vassoura”, representando que varreria as sujeiras políticas do Brasil

⁵ Foto da posse de Jânio Quadros em 31/01/1961. Disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/JK/cronologia/img/g_foto50.jpg. Acessado em: 16/07/2009

⁶ Dados históricos citados disponíveis em: <http://www.vermelho.org.br/linhadotempo/1950.asp>

⁷ Contexto histórico capturado em: <http://www.casadovideo.com/fatosedatas/letraj.htm>

⁸ “A solução final foi a aprovação pelo Congresso Nacional, em 02 de setembro, da Emenda Constitucional nº 4, que instalou o parlamentarismo no país, reduzindo assim, os poderes do presidente [...]”. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Crise61.htm



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



10

O quadro político deteriora-se ano após ano, e a democracia tão agraciada e esperançosa, é fatalmente “dilacerada do poder” em 31 de março de 1964, quando um golpe militar derradeiro, afastou da presidência, João Goulart – codinome Jango – e marca nesta data, o ato extremado de autoritarismo: a inescrupulosa ditadura militar. Período esse marcado por suprimir e ignorar direitos e liberdade de pessoas/ povo/ nação.



11

Os brasileiros foram dormir ao som dos “sabiás”¹² e acordaram ao som do toque de recolher. Foi uma dura constatação: polícia na rua; liberdade ceifada, mortes e torturas ratificadas pelo poder militar, vigilância àqueles que eram contra o regime ditatorial, dentre outras barbáries.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br>

¹¹ Disponível em: <http://images.google.com.br/>

¹² Reportando ao poema de Gonçalves Dias intitulado de Canção do Exílio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



13



14

¹³ Disponível em: <http://br.geocities.com/vestihistoria/ditadura.jpg>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

Mulheres e homens, todos massacrados pelo novo regime ditatorial. Quem não “marchasse” de acordo com os pensamentos militares, eram “defenestrados” da vida pública, fossem eles, cidadãos comuns, músicos, artistas, intelectuais.

Os brasileiros, no entanto, não ficaram acomodados, colocaram suas vidas à prova, conforme depoimentos de presos políticos¹⁵ – sofreram em nome da democracia, enlouqueceram, suicidaram-se ou mataram – na luta por um ideal de liberdade e igualdade; e outros, morreram calados e açoitados em campos de “concentração” militar.



16

O povo mobilizou-se com passeatas, pichações, e toda forma de revolta possível, quando não se sabia se o vizinho ao lado era ou não, ou delator. Acaso fosse, saberia o manifestante, pois seria encarcerado e punido nos rigores da lei estabelecida naquele período. Sabe-se que as revoltas foram intensas, mas a luta civil, por vezes, era acorrentada pela forte e firme máquina do aparelho estatal.

A seguir uma foto de mulheres e homens lutando pela liberdade cultural, devido a privação da liberdade e intelectualidade individual e/ ou coletiva.

¹⁴Foto disponível em: <http://narquibancada.files.wordpress.com/2009/03/ditadura-militar-2.jpg>

¹⁵ Depoimentos de presos políticos disponíveis em: www.resgatehistorico.com.br

¹⁶ Disponhttp://maisnoticiasjk.files.wordpress.com/2008/12/ditadura_abaixo_a_ditadura.jpg



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



Os “sobreviventes” não esqueceram as maldades e atrocidades vivenciadas, e há uma pergunta insana que não cala. E os torturadores? Os executores das “penas” impostas? Enlouqueceram? Foram presos? Terão eles ficado seqüelados como ficaram os presos; as mulheres violentadas e/ ou as crianças torturadas na frente de seus pais? Não há resposta, ou pelo menos, não se encontrou respostas a estas e tantas outras perguntas feitas por familiares, descendentes, de presos, desaparecidos e mortos pelo regime ditatorial. A justiça naquela época tornou-se um adorno ou, como mostra a charge, um “quadro de parede”.



17

¹⁷ Charge disponível em: <http://images.google.com.br/images/ditadura>



Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. Neste sentido, expõe-se que:

Estudantes, artistas, e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e pela contenção da remessa de lucros. [...] A elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favoreciam a pregação da direita, junto às classes médias, em favor de mudanças que trouxessem um governo forte. (Arquidiocese de São Paulo, 1985: 58)

As torturas e as perseguições tornaram-se a pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964. O Estado conceituado em Rousseau é estabelecido através de um contrato social, assim, “o Estado é criado, mediante um contrato, pelo consenso dos indivíduos, ou seja, o Estado é uma pessoa artificial criada pela vontade humana” (BOEIRA, 2005:168)¹⁸. Se criado pela vontade humana, via de regra, não poderia se colocar contra quem o legitimou poder e existência, seu povo. Porém a história demonstra que nos tempos áureos da ditadura, os protagonistas do Estado militar talhavam a realidade de outra forma.

No momento da deposição de Goulart (eleito pelo povo) dá-se a sua substituição por um general indicado pelas Forças Armadas. Continua, então, a opressão às massas, e a nove de abril do ano de 1964, é decretado o ato institucional que deveria ser o único, mas acabou sendo o primeiro de uma série, posto que sua edição deu-se seis dias antes da posse do general Castello Branco. O referido ato estabelecia cassações de ex-presidentes, governadores, senadores, deputados federais e centenas de deputados estaduais e vereadores. O ato institucional nº 2 de outubro de 1965, extingue os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional, além de tornar indiretas as eleições para Presidente da República. Pelo ato institucional nº 3, de fevereiro de 1966, as eleições de governadores do Estado também se tornaram indiretas. O ato institucional nº 4 assegurou a continuidade da obra revolucionária.

¹⁸BOEIRA, Sergio **Democracia & políticas públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos**. Itajaí: Univali, 2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

Nesse ínterim, as Forças Armadas tomaram como fatores de suma importância para suas ações: as denúncias, as manifestações de rua e os grupos de oposição armada. Posto isso, decretaram o mais repressivo e autoritário ato de nº 5.

O governo Arthur da Costa e Silva, marchou para consolidar as estruturas do Regime Militar, e em 13 de dezembro de 1968 “baixa” o ato institucional que ficou conhecido como AI 5; além de não prever o prazo de vigência. Ao mesmo tempo, conferiu amplos poderes ao Presidente da República a fim de combater os adversários políticos do governo. O presidente no exercício de seus poderes incumbiu ao vice-presidente, Pedro Aleixo, a missão de elaborar uma nova Constituição para o país; obviamente, dentro dos parâmetros do pensamento militar e repressivo. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis Assembleias Legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. (Dantas, 1989)¹⁹

Com a enfermidade repentina de Costa e Silva, em agosto de 1969 seria lógico a posse do vice-presidente, o que não ocorreu por força de três ministros militares que o impediram de chegar ao poder. Mediante este caos, e por causa de presos políticos, intensifica-se a resistência armada, e a Junta Militar, adota penas de banimento e pena de morte para os inimigos do governo militar. (Dantas, 1989)

Em período subsequente, foi outorgada uma Constituição mais autoritária, batizada de Emenda Constitucional nº 1; assumindo a presidência o general Emílio Garrastazu Médici. Tal período, foi marcado por absoluta repressão, violência e supressão de liberdades civis, dando “carta branca” a tortura e assassinatos de inúmeros presos políticos, e crescendo vertiginosamente, a larga margem de exilados políticos. Até a Igreja fora atingida, pois em período anterior, havia apoiado a derrubada de Goulart e, portanto, durante o governo de Médici teve seus sacerdotes massacrados; torturados e outros tantos, entre bispos e freiras; mortos. Além de atentados contra Conventos e Mosteiros. (Arquidiocese, 2005)

¹⁹ DANTAS, José. **História do Brasil**. São Paulo, Moderna, 1989



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

Pode-se dizer que ícones da cultura brasileira foram atingidos pelo AI 5, cita-se como exemplos, Fernando Henrique Cardoso; Caetano Veloso; Virgílio Gomes da Silva²⁰; Gilberto Gil; Francisco Buarque de Holanda²¹, entre outros exilados políticos, sofreram as conseqüências do tenebroso regime militar. Tendo seus escritos retirados pelos “homens do governo”, músicas censuradas por opor-se ao governo autoritário, pois, segundo a crítica vigente à época, incitavam o povo, através das letras de músicas e peças teatrais a revoltar-se contra as autoridades militares e a ditadura.

Morte. Tortura. Falta de liberdade intelectual. Privações. Humilhações. Propagandas oficiais incentivando o nacionalismo e o militarismo; amordaçavam a imprensa pela censura. A falta de expressividade das artes e das músicas e a ausência de liberdade de expressão perpetuaram uma época e a “ferro e fogo” marcaram pelo selo do sangue centenas de famílias; ceifaram vidas.

A imprensa, os intelectuais foram massacrados pelo sistema vigente. De acordo com a charge exposta:



²⁰ Foi torturado até a morte nas dependências do DOI-CODI – Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa.

²¹ Peças teatrais de Chico Buarque no período da ditadura militar e na vigência do AI 5, foram proibidas de estrear em função da censura que restringia a liberdade de expressão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

As escolas tinham em seus currículos escolares apenas conteúdos aprovados pela ditadura. O hino nacional era obrigatório. Professores e alunos tinham suas aulas observadas por militares. Principalmente, professores cujas disciplinas poderiam incitar ao pensamento contra o regime vigente. Filosofia, sociologia e outras disciplinas eram monitoradas por representarem possíveis focos de resistência,

Segundo a Arquidiocese de São Paulo, “ao terminar o último ano do governo Geisel, a estatística do Regime Militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, [...] e, uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas”. (1985: 69). Durante o governo de Figueiredo, os presídios políticos esvaziaram-se e os exilados começaram a retornar, amplia-se a luta pela anistia²²; infelizmente, perseguições continuaram e líderes operários foram mortos.

Embora casas tenham sido invadidas durante a noite, pais e mães retirados de seus filhos, de acordo com um depoimento a seguir transcrito:

Minha situação mudou completamente depois do AI 5, pois já em São Paulo [...], assumi totalmente o lugar de guerrilheira clandestina, com todos os riscos advindos dessa decisão. O país tornou-se um palco de guerra [...]. Fui presa em julho de 1971, torturada no DOI-CODI²³, ficando presa até 1974. Nesse período sofria a mais inominável tortura que foi a tortura de minha filha Maria, de 1 ano e 10 meses (Eleonora Menicucci de Oliveira – Socióloga),²⁴

Jornais fechados e tanta barbárie cometida, ainda assim, por estudos de Lucia Grinberg (*apud* Daniel Reis, 1998) fica evidente “[...] como era querida, e por quanta gente, a nossa ditadura”.²⁵

Foram anos de obscuridade e silêncio civil, e intensa contestação à ditadura. Aos poucos, a democracia se restabelece no país, mas isso só será de fato marcado quando da promulgação da Constituição Federal em 1988, conhecida como Constituição Cidadã que abarca no rol de seus

²² Perdão concedido pelo governo ao cidadão que cometeu crime político.

²³ DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Era um órgão repressivo do Regime Ditatorial brasileiro que se inaugura em 1964.

²⁴ Informação on line disponível na página eletrônica www.resgatehistorico.com.br

²⁵ Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=257>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

artigos: direitos humanos, direitos sociais, liberdade de expressão, dentre outros assuntos tocantes a democracia.

Antes da Carta Magna – Constituição de 1988 –, que projeta fortemente a democracia no país, no dia primeiro de janeiro de 1979, é revogado o AI 5, durante o governo de Ernesto Geisel, ainda que alguns de seus dispositivos continuassem valendo, como, o “estado de emergência”²⁶. A ditadura militar durou de abril de 1964 a março de 1985. No ano de 1985, comemoram no país, o fim da ditadura militar com as eleições para a presidência da República, onde foram eleitos, Tancredo Neves e José Sarney, para os cargos de presidente e vice-presidente respectivamente.

Feita a análise histórica do período de 1960 a 1985, ao qual se propôs relatar na intencionalidade de contrapor-la a atual política democrática brasileira, em especial, ao que tange o meio escolar. Ressaltando que, a Constituição cidadã, visa garantir a todos o direito à liberdade, à saúde, lazer, educação, liberdade de expressão²⁷. E principalmente, o direito de que a imprensa exercer seu papel fundamental: a informação. A palavra democracia advém da palavra grega “demos” que significa povo. Na democracia, é o povo quem detém o poder soberano, expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 14, caput.²⁸

Trouxe-se a bojo o período militar, por representar um período no qual a repressão, a falta de diálogo, a “guilhotina” sempre armada aos pensantes, e a falta de liberdade eram a base de toda a estrutura social. Com isso, onde seria possível desenvolver as potencialidades e ampliar os conhecimentos? A resposta vem como tiro certo: na escola. A escola deve ser um lugar/ tempo de descobertas, de conhecimento “do”/“no”/ e “para” o mundo. Principalmente, perceber e interagir com a presença do outro. Em um tempo histórico, social e político em que o “eu” e o “outro” caminhem uníssonos.

²⁶ Segundo Plácido e Silva, 1999: 322: estado de emergência é uma medida defensiva do Estado, pondo o país ou a nação em situação de vigilância ou de defesa contra perturbações.

²⁷ Garantida pela CF/ 88 em seu artigo 5º, inciso IX que apregoa: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

²⁸ Artigo 14, CAPUT da CF/88- A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

E esse “outro” é aquele a quem Paulo Freire (2009)²⁹ dá autonomia, libertação da condição do “sem luz” e o encaminha como sujeito possuidor de uma cultura, de uma formação, de um conhecimento baseado em sua realidade. Assim, Freire propõe uma educação transformadora, emancipadora, libertadora, onde a escola é um substrato fértil as mudanças sendo o inverso da ditadura.

A escola é um espaço para reflexões, contestações e construção de saberes. Por isso, não pode ser a escola a inculcadora de “rótulos”, titulações degradativas, ou baseada em uma educação bancária, onde um – o professor – “sabe tudo” e o outro – o aluno – é um ser desprovido de quaisquer conhecimentos ou vivências válidas a aquilatar o currículo ou espaço/tempo escolar. “A nossa tendência é colonizar o outro, ou partir do princípio de que eu sei e ensino para ele. Ele não sabe. Eu sei melhor e sei mais do que ele [...]”³⁰ (BETTO, 2008). Essa era a prática pedagógica a qual Paulo Freire lutou em desfavor, no intuito de que a práxis fosse fundamentada no conhecimento de “mim”, do “outro” e da realidade circundante.

Nesta esteira epistemológica, afirma Paulo Freire, “mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um ‘não-eu’ se reconhece como si própria” (FREIRE, 2009:18) e; constitui-se como um sujeito sociocultural e histórico.

Há um permanente construir do humano, pois a aceleração do tempo faz com que cada dia mais rápido, as informações sejam facilmente esquecidas e substituídas por outras. O século XXI é marcado pela globalização, pela liquidez das relações, substituição e descarte de coisas, pessoas e sentimentos. Isso é anunciado por Bauman, da seguinte maneira:

Esta nova e desconfortável percepção das “coisas fugindo ao controle” é que articula (com pouco benefício para a clareza intelectual) num conceito atualmente na moda: o de globalização. O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle [...] a intenção de tornar semelhantes as condições

²⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

³⁰ Texto intitulado de: **Do Mundo Virtual Ao Espiritual**, escrito em 06 de junho de 2008, por Frei Betto. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1902/55/>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

de vida de todos, em toda parte, e, portanto, as oportunidades de vida para todo mundo [...]
(Bauman, 1999:66-67)

Essa globalização, essa cada vez mais rápida construção de informações, é que deve ser levada à sala de aula. Ambiente no qual serve para a construção, significação e ressignificação de saberes e compreensões da vida. A revista VEJA, datada de 12 de Janeiro de 2005, sob o número de edição 1885, trouxe em seu conteúdo, a percepção da importância de saber o contexto e realidade onde está inserido o educando, assim como, aponta Paulo Freire. Ao ler-se a comenda da citada revista, incentivando o uso em sala de aula de dados contemporâneos e atuais, conforme o exposto “[...] para que os jovens compreendam a realidade que os cerca, tornando-os cidadãos críticos e sintonizados com seu tempo”. (*In: Veja, 2005: 103*), percebe-se a potencialização do saber; dando-se ênfase ao conhecer participativo e dinamizando a capacidade crítica de percepção da realidade pelas fendas do tempo.

Há um espaço crescente à amostragem de problemas sociais, com inserções na mídia, nos jornais, nas revistas, nos livros didáticos, de questões de cunho econômico e social, exemplos disso: a seca no nordeste, a gripe NH1, a crise política no Senado, a gravidez na adolescência, os alimentos geneticamente modificados, dentre outros assuntos tocantes à sociedade. Tais assuntos construíram bases fortes para cidadãos do futuro, visto que:

[...] o conhecimento não está só numa perspectiva escolar, mas também na vida e na ciência. É preciso destacar que uma função da escola é formar cidadãos capazes de julgar e decidir sobre o que é bom e o que não é, sobre o que eles crêem e sobre os valores que eles defendem ou contestam. (Loridant *apud* Morin, 2004:22)³¹

Assim, o conhecimento pode ser captado na vida social, escolar, familiar, tangenciado pelo diálogo. Essas inserções da vida cotidiana foi estampada na Revista VEJA de 12 de janeiro de 2005 cuja propaganda – slogan era: “A sala de aula vai ficar pequena”, referindo-se a revista que aborda assuntos que podem ser trabalhados no ambiente escolar por alunos do ensino fundamental e médio, legitimando a frase: investindo no cidadão do futuro. Quando afirmam que a sala de aula vai ficar pequena é no intuito de fomentar que a realidade, os assuntos atuais, o mundo globalizado pode

³¹ MORIN, Edgar. **Diálogo sobre o conhecimento**. São Paulo, Cortez, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

fazer parte do momento/ ambiente da sala de aula, em um ambiente capaz de “adaptar a linguagem à realidade dos alunos” (Pena-Veja *apud* Morin, 2004:16). Então, isso permite que “os pequenos cidadãos” possam tomar ciência, de uma forma mesmo complexa, da realidade cada vez mais promulógica da vida em sociedade e perceber que há um elo entre suas vidas (social/ escolar/ familiar) e os rumos sócio-políticos do país.

De leitura ulterior ao espasado na revista, a escola é o ambiente no qual baseado na liberdade e no livre pensamento, forma cidadãos críticos e perspicazes, capazes de questionar atos e medidas governamentais, lutar pelas questões ambientais, fazer valer a dignidade da pessoa humana, a justiça social entre outros tantos assuntos tangentes ao universo social. O essencial da reportagem da referida revista é a demonstração da liberdade educacional na qual estão envolvidas muitas das instituições de ensino, públicas ou privadas, que mantêm o fito de celebrar a verdade e a notícia “minuto a minuto”. Afirma Morin com muita propriedade que: “menos importa ‘uma cabeça bem cheia’ que acumula e empilha saberes, do que ‘uma cabeça bem feita’ que é aquela que reflete e trata os problemas, organiza e religa conhecimentos e a eles confere sentido” (Morin, 2000:21)³²

Ao que tange a relação professor e aluno, aponta: “o professor é aquele que, por meio do que professa, pode ajudá-los a descobrir suas próprias verdades” (Morin, 2004:55)

Com orgulho, nossa imprensa divulga o que consta no âmago de nossas instituições, vive-se uma abertura política, pluripartidarismo, liberdade de expressão, queda da censura, e assim, seguimos no século XXI com um passado marcado por sangue, mas um futuro, pleno de democracia.

Temos um exemplo claro de democracia que foi amplamente noticiado não apenas pela revista VEJA, mas em outros meios de comunicação, da revogação da famigerada “Lei de Imprensa” realizada pelo Supremo Tribunal Federal que avistou a intolerância contida na referida lei. Tal lei, nos anos de ditadura, fazendo uso da “censura”; ceifou famílias, exilou intelectuais; “amordaçou” a imprensa. Pode-se dizer que aqui, há uma problematização da história. Na

³² MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

correnteza destas idéias, aponta o ilustre Paulo Freire, em uma de suas reminiscências sobre educação, que:

“Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudanças é a percepção de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las. Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte” (Freire, 1993)

O desenvolvimento está com suas bases alicerçadas nas interações entre sujeitos e educação, e na superação de paradigmas de autoritarismo. Assim, a tônica deste novo modelo de sociedade, está para além da pura teorização. O AI5, a revogação da Lei de Imprensa e suas imbricações fazem com que o país saiba de sua democracia pungente.

E este pensar/ repensar e conceber o diferente, ou na transposição do efêmero, está na educação, na sociedade e no sujeito. Somos sujeitos históricos, pertencente a um meio, e durante séculos lutamos pela liberdade de expressão. É nesta malha discursiva a verbalização das culturas, e das contraculturas, subculturas, toma a cada dia, mais espaço neste território hegemônico do capitalismo.

A educação é um mecanismo de transposição ao que esta posto, pronto e acabado, se não fosse a educação, a luta dos intelectuais, como Chico Buarque; Caetano Veloso, ou outros tantos brasileiros e brasileiras subsumidos nesta ardente busca da democracia “estampada” teria sido em vão. Conquistas emblemáticas são, de um certo ponto de vista social, a extinção dos atos institucionais que nada têm de ufanistas e sim; repressores e ditatoriais, por portarem a insígnia de engessamento à vida social, política, ética e cognoscível de todo um período histórico. Estamos, pois no século XXI e superamos, há muito, a época das trevas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. In **Combate nas trevas**. 3. ed. São Paulo: Àtica, 1987, p. 149 – 152.



BOEIRA, Sergio. **Democracia & Políticas Públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos**. Itajaí: Univali, 2005

BRASIL, Constituição Federal do. São Paulo: RT, 2009

DANTAS, José. **História do Brasil**. São Paulo, Moderna, 1989.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

MATURANA, Humberto. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palaathena, 2007. .

MORIN, Edgar. **Diálogo sobre o conhecimento**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. . **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

SÃO PAULO. Arquidiocese de São Paulo. 1985

SILVA, De Plácido e. **Vocabulo Jurídico**.15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

VEJA, Revista. **O mar dos mortos**. 1886. ed. São Paulo: Abril, 2005.

Consultas a páginas eletrônicas para averiguação de informações:

Acervo da Iconografia/ período militar. Disponível em: [http:// www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br).
Acessado em: 14/03/2005

Depoimentos de presos políticos. Disponível em: <http://www.resgatehistorico.com.br>. Acessado em
21/03/2005

Demais informações, disponível em:

[http:// www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) Acessado em: 22/03/2005

[http:// www.democracia.br](http://www.democracia.br) Acessado em: 22/03/2005

<http://www.projetomemoria.art.br/JK/indice/indice02.html>. Acessado em: 16/07/2009

http://www.projetomemoria.art.br/JK/cronologia/img/g_foto50.jpg. Acessado em: 16/07/2009

[http://www.casadovideo.com /fatosedatas/letraj.htm](http://www.casadovideo.com/fatosedatas/letraj.htm) Acessado em: 11/07/2009

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Crise61.htm Acessado em: 01/07/2009

<http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br> Acessado em: 15/07/2009



<http://images.google.com.br/> Acessado em: 12/07/2009

<http://br.geocities.com/vestihistoria/ditadura.jpg> Acessado em 17/07/2009

<http://narquibancada.files.wordpress.com/2009/03/ditadura-militar-2.jpg> Acessado em 11/07/2009

http://maisnoticiasjk.files.wordpress.com/2008/12/ditadura_abaixo_a_ditadura.jpg Acessado em:
16/07/2009

<http://images.google.com.br/images/ditadura> Acessado em: 15/07/2009

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=257> Acessado em: 16/07/2009

<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1902/55/> Acessado em: 17/07/2009

ANEXOS

CRONOGRAMA HISTÓRICO (1964 – 2005)

Regime Militar

Governo Castelo Branco (1964 – 1967)

Governo Costa e Silva (1967 – 1969)

Governo Garrastazu Médici (1969 – 1974)

Governo Ernesto Geisel (1974 – 1979)

Governo Figueiredo (1979 – 1985)

Nova República

Governo José Sarney (1985 – 1992)

Governo Fernando Collor (1990 – 1992)

Governo Itamar Franco (1992 – 1994)

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002)

Governo Luis Inácio Lula da Silva (2003 – até os tempos atuais)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



Capa do jornal O Globo trouxe estampada a medida exibida em 13/12/1968



Receitas entram no espaço destinado à análise sobre a situação da imprensa no Brasil. **Jornal da Tarde**, 6/04/1973.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



Capa de **O Pasquim** após a prisão ("surto da gripe") de quase toda a equipe do jornal. "Enfim um Pasquim totalmente automático: sem o Ziraldo, sem o Jaguar, sem o Tarso, sem o Francis, sem o Millôr, sem o Flávio, sem o Sérgio, sem o Fortuna, sem o Garcez, sem a redação, sem a contabilidade, sem a gerência e sem caixa." **O Pasquim**, nº 73 - Rio, de 11 a 17/11/69.



O ministro da Justiça, Gama e Silva (à esquerda), e o locutor Alberto Curi, anunciam a decretação do Ato Institucional nº 5.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS



O PASQUIM, 14/01/1971. Primeira edição do jornal após a libertação de sua equipe, que ficou detida por 60 dias.

MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES DE 30 DE AGOSTO DE 1961 CONTRA A POSSE DE JOÃO GOULART NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUANDO DA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

Manifesto dos Ministros Militares

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus Ministros, manifestam a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento dos poderes constitucionais, aguardam elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias, e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constrangidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO LIVRE DE CENSURAS

com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E inda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. país em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiveram a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval, já esperado, das intrigas e das acusações mais despuídas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecerão, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961.

A) Vice-Almirante Sylvio Heck, Ministro da Marinha; Marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra; Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grum Moss, Ministro da Aeronáutica.

Fonte: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.